

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 14 de dezembro de 2001

Ano 3 Nº 83

Sem acordo deputados não entram em recesso

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

A falta de entendimento entre a base governista e a oposição resultou na volta aos trabalhos legislativos na próxima semana. A previsão era de encerrar a pauta de votação nessa quinta-feira (13), mesmo tendo uma ordem do dia recheada, com mais de 50 matérias. O presidente Onofre Agostini (PFL), apesar de ter ficado pendentes mais de cinco proposições, as mais polêmicas, considerou o dia muito produtivo. "Só sessões extraordinárias foram quatro" sustentou, cujos trabalhos, que iniciaram pela manhã, se estenderam até o início da noite.

A oposição reclamou do descumprimento do acordo feito entre os líderes de votar todas as matérias na quinta-feira e culpou os governistas, que se retiraram do plenário, evitando o quórum, para votar o orçamento de 2002, cuja matéria impede o recesso parlamentar, enquanto não for aprovada. Onofre confirmou que tratou-se de uma estratégia da base de sustentação do governo, mas que, na verdade foi a oposição que impediu que os trabalhos tramitassem com normalidade, na medida em que solicitaram diligências em projetos enviados pelo



Votações mobilizaram os deputados durante a semana

Executivo, nas comissões, inviabilizando que as matérias fossem a plenário. Como existe pedido de urgência nessas matérias, e o presidente da Comissão de Finanças adiantou que não fará reunião, os governistas adiaram a votação para dar tempo de cumprir o prazo regimental, de três dias, para votação em plenário. Por isso, Onofre considera que não houve quebra do acordo de lideranças.

A deputada Ideli Salavatti (PT), juntamente com João Henrique Blasi (PMDB), afirmou que a situação arquitetou tal episódio, para aprovar de qualquer maneira os projetos do governo, mas que o líder, Joares Ponticelli (PPB) perdeu os

prazos para atender os interesses da situação. Ela ressalta que a estratégia para transferir as sessões para a próxima semana teve outro objetivo. Diz que o PPB está tentando é colocar em votação o Regimento Interno da Casa, para com isso o acordo feito com o PFL, da saída de Onofre da presidência e dar lugar a Gilmar Knaesel, seja cumprido. Conta que o parecer deveria ser votado nessa quinta-feira na Comissão de Justiça, mas que Antônio Aguiar (PFL) pediu vista, tentando protelar a votação.

Onofre discorda. Afirma que é preciso mudar a Constituição Estadual e que o Regimento Interno, embora não esteja com pedido de urgência, poderá ainda ser votado este ano.

Ponticelli descarta essa hipótese destacando que o importante é votar as demais matérias do governo na próxima semana. O Orçamento, observa, é sempre polêmico, mas acredita que a Cisão da Celesc será o projeto de maior dificuldade a ser aprovado. Pendentes ainda projeto que cria programa catarinense de inclusão social e outros que alteram o Plano Plurianual, dentre outros, em diligências.

Blasi vai presidir CPI dos Contratos

Nova CPI vai investigar superfaturamento e contratações sem concorrência

O deputado João Henrique Blasi, líder do PMDB, foi escolhido nessa quarta-feira (12) presidente da CPI dos Contratos, que vai investigar suspeitas de irregularidades em edital para obras na BR-282 e no contrato firmado entre a Cidasc e a operadora Inlogs Ltda, referente ao Porto de São Francisco do Sul.

A relatoria ficou com Olices Santini (PPB) e integram a CPI os deputados Julio Garcia (PFL), Jaime Duarte (PPS), Ronaldo Benedet (PMDB), Afrânio Boppé (PT) e Sandro Tarzan (PPB). Como os parlamentares entram em recesso na próxima semana, Blasi acredita que a comissão inicie as atividades somente em 2002.

Projetos aprovados na semana

Páginas 5, 6 e 7

CPI do Leite foi a Belo Horizonte

Página 8

OPINIÃO

Cumprindo meu papel



No terceiro ano de minha primeira legislatura segui com coerência em minha luta pela educação, pelas classes menos favorecidas e pela mulher carente. Como cidadã, cristã e pastora da Igreja Universal do Reino de Deus busquei, segundo minhas convicções, legislar em prol da valorização do ser humano, da manutenção dos valores da família e do resgate da dignidade daqueles que vêm sendo relegados à miséria e à degradação.

Tendo sido eleita 2ª Secretária da Mesa Diretora, cumpro meus compromissos com assiduidade e atenção, colaborando na administração da Casa, sempre visando a justiça e a transparência.

Através de projetos de lei de cunho social importante, busquei beneficiar os discriminados e quando vi meus projetos aprovados pela Assembleia Legislativa serem vetados pelo Governo do Estado sob o argumento de não serem de competência do Poder Legislativo, imediatamente apresentei em Plenário Moções ao Poder Executivo para que este tomasse as devidas providências nos casos, por exemplo, da obrigatoriedade de cada biblioteca pública do Estado incluir um exem-

plar da Bíblia Sagrada em Braille em seu acervo e o outro, que a cada quatro anos o Estado promova o censo penitenciário, visando o levantamento da vida carcerária dos detentos quanto às condições de acomodação, higiene, saúde, alimentação, acompanhamento médico clínico-psicológico e, também, para acompanhamentos processuais.

Mais algumas iniciativas importantes foram a criação do Dia Estadual do Desarmamento Infantil, da bolsa de estudos para professores da rede pública se adequarem a LDO, no que concerne a Década da Educação, cujo final prevê que todos os professores tenham curso superior e a criação do Programa de Segurança Comunitária no âmbito do Estado de Santa Catarina, que visa a ação integrada dos órgãos públicos de segurança e as empresas de segurança privadas.

Não posso deixar de lembrar de um dos frutos mais importantes de meu mandato. Da Lei nº 11.189/99, de minha autoria, que dispõe sobre o acesso de ministros de cultos religiosos e de seus prepostos em hospitais, presídios e outros locais públicos, resultou a criação do Conselho de Ética das Entidades Religiosas, entidade que congrega religiosos de todas as doutrinas que, realizando um dos ensinamentos da Palavra de Deus, têm atuado em conjunto na busca da solução dos problemas de suas instituições.

Deputada Odete de Jesus (PL)

Ações voluntárias



O trabalho voluntário, que existe no Brasil desde a colonização, ganhou corpo no início do século passado com a instalação do processo industrial e o crescimento das populações empobrecidas. Ganhou expansão na parte final do mesmo século com o crescimento das desigualdades sociais estimulado pelo fenômeno da globalização, que cria riquezas na mesma medida que acentua a pobreza. Os grupos de senhoras religiosas que apoiavam o trabalho das Santas Casas de Misericórdia deram lugar às associações civis, ao

voluntariado combativo e às primeiras ONGs.

Até verem chegar, quase na virada do milênio, a Campanha da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, do Betinho, a Lei do Trabalho Voluntário, o Programa Voluntários e as centrais de captação e colocação em todo país. Hoje a estimativa é de que 20 milhões de pessoas se ocupem com trabalhos voluntários, apoiando grupos sociais vulneráveis e tornando mais eficaz a ação de hospitais, creches, orfanatos e asilos. Um contingente enorme de brasileiros acordou para as suas possibilidades de influir na questão social, espera menos dos governos e contribui com a solução de problemas assistenciais, educacionais, ecológicos e culturais.

A realização do Congresso Nacional de Voluntários é momento ímpar para, celebrando o Ano Internacional do Voluntariado, refletir so-

bre a oportunidade da contribuição desses trabalhadores anônimos no encaminhamento da necessária correção de rumo para o quadro de tragédia anunciada com que nos defrontamos os números levantados por insuspeitas instituições nacionais e internacionais. Estudo recente da Fundação Getúlio Vargas mostrou que há mais de 50 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza. Numa lista de 162 países, apresentada pela ONU, o Brasil detém a quarta pior distribuição de renda do mundo. Ocupamos a 69ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano.

Este desequilíbrio estrutural joga no fosso da indigência 29% dos brasileiros. Mas não estamos omissos. Temos outros números a considerar. Pesquisas do IPEA e de Centro de Estudos da USP mostraram que 59% das 782 mil empresas privadas do país desenvolvem atividade social e que 56% investem em programas ou atividades de caráter social ou comunitário. O voluntariado empresarial, que surgiu e cresceu na última década, já tem registros em 48% das empresas brasileiras.

Em Santa Catarina acrescentamos um novo item: em 1999, ao regulamentar assistência financeira a alunos do 3º grau, prevemos, para concessão de bolsas de estudo, a contraprestação em trabalho voluntário. Já temos 20 mil universitários - serão 30 mil em 2002 - envolvidos com o voluntariado estudantil, trocando fraldas, repartindo merenda, alfabetizando, pintando salas, brincando com crianças de creche. Fazendo a sua parte!

Deputado Paulo Bornhausen (PFL)

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
 1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)
 1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)
 2º Secretário: Odete de Jesus (PL)
 3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
 4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
 imprensa@ale.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos
 Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Neuza Cunha, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Revisão: Rubens Vargas
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Prefeitos do Sul pedem ajuda

(foto Jonas Lemos Campos)

O presidente da Assembléia, Onofre Agostini (PFL), e os deputados da região Sul do estado Ronaldo Benedet e Manoel Mota (PMDB), Valmir Comin (PPB), Julio Garcia e Clésio Salvaro (PFL) receberam nessa segunda-feira (10) prefeitos que integram a Associação dos Municípios da Região Carvoeira (Amrec), que vieram solicitar ajuda para solucionar o impasse com a Polícia Ambiental, a Fatma e o Ibama. Eles relataram os problemas que vêm ocorrendo, em seus balneários, com a proibição de construção na área de 300 metros do mar. Apenas em Içara, por exemplo, há 52 residências nessa faixa, considerada pelo Ibama área de preservação ambiental, além do calçadão. Se continuar sendo respeitada a Resolução 004/85, conforme justifica a Polícia Ambiental ao multar os construtores locais, será um caos no litoral catarinense.

Agostini pediu a presença do secretário de Meio Ambiente, João Macagnan, que informou aos presentes ter um parecer divergente ao da Fatma quanto à resolução. Ele informou que enviou parecer à Procuradoria Geral do Estado para ser analisado. Os prefeitos reclamam que os órgãos não se entendem, cada qual age de forma distinta. E ainda que



Prefeitos e comunidade presentes na Assembléia

está havendo abusos por parte da Polícia Ambiental, tratando os proprietários dos imóveis como bandidos, além das multas altas aplicadas. Contam que há lotes aprovados há 20 anos, cujos donos estão agora proibidos de construir ou vender. Macagnan esclareceu que há um convênio entre o Ibama e a Polícia Ambiental, que não deve ser renovado, porque as próprias autoridades entendem que não deu certo. Para ele, por ser área de

preservação ambiental a União é a responsável, por isso a dificuldade. Mas, se a resolução for revogada, como querem os prefeitos, a situação passa a ser controlada apenas pela Fatma e Polícia Ambiental, mais fácil de ser solucionada.

Onofre garantiu que vai se empenhar para que o procurador-geral do Estado, Walter Zigelli, dê seu parecer o mais rápido possível quanto à revogação da Resolução 004/85.

Retratos continua em Balneário Camboriú

(foto Solon Soares)

Projeto revelou cultura, tradições, produtos e história de 26 municípios catarinenses

Durante este ano a Assembléia foi palco do Projeto Retratos de Santa Catarina, idealizado pelo presidente do Poder, deputado Onofre Agostini (PFL), e que garantiu espaço para manifestações artísticas e culturais além de apresentações de produtos industriais e agrícolas de vários municípios do Estado.

O projeto recebeu também lançamentos das festas mais tradicionais do Estado. Blumenau lançou a Oktoberfest, Lages a do Pinhão e São Joaquim a da Maçã. Para 2002, além dessas três festas já foi agendado a pré-



Danças folclóricas retratam a tradição de Arroio Trinta - a cidade mais italiana do Brasil

estréia do Festival de Dança de Joinville.

Continuidade

Durante o recesso parlamentar e aproveitando o período de verão, quando Santa Catarina recebe turistas de outros

estados e países, a Assembléia continuará expondo os municípios, dessa vez no Parque da Santur, em Balneário Camboriú. Já confirmaram presença Criciúma, Joinville, Blumenau, São Francisco do Sul, Joaçaba, São Joaquim e Gaspar.

Segundo Agostini, a permanência do projeto se deve à atenção especial dedicada a interiorização e aproximação que o Legislativo teve durante esse ano com a comunidade, prova maior do sucesso alcançado. Para o próximo ano já foram confirmadas as presenças de

Água Doce, Xaxim, Canoinhas, Araranguá, Corupá, Forquilha, Saleté, Piratuba, Porto União, Mafra, Rio Negrinho, Nova Trento, Urubici, Chapecó e Trombudo Central.

GERAL

Suspeita de sonegação fiscal contra empresa do prefeito de Itajaí

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

Um comunicado publicado no jornal O Estado em outubro deste ano, assinado pelo Frigorífico do Vale (Frigovale) e Frigovale Agropecuária, empresas cujos proprietários são o prefeito de Itajaí, Jandir Bellini (PPB), e seus irmãos, dando conta de que documentos fiscais foram deteriorados pela enchente dos dias 1º e 2 de outubro naquela cidade, despertou a suspeita da deputada Ideli Salvatti, ex-presidente da CPI da Sonegação Fiscal, e do deputado Volnei Morastoni, ambos do PT. Como Bellini está sofrendo processo no Ministério Público por superfaturamento na compra de terreno para instalação do distrito industrial, os parlamentares enviaram pedidos de informação ao secretário de Segurança Pública, Antenor Chinato, e ao comandante



Ideli e Morastoni apresentam denúncia

da Polícia Militar, coronel Walmor Backes, sobre os laudos que atestam o desaparecimento dos documentos fiscais da empresa. Estes laudos, em virtude do recesso, estão sendo aguardados por Ideli e Morastoni para o reinício dos trabalhos, dia 15 de fevereiro de 2002.

Na mesma data eles esperam receber da Comissão Estadual de Defesa Civil cópia do relatório que a Prefeitura de Itajaí mandou à comissão. Já a Secretaria da Fazenda terá que responder se estas empresas passaram ou estão passando por um processo de fiscalização, se a publicação não causou estranheza e quais as providências que serão tomadas por aquela pasta. Quanto à Receita Federal, delegacia de Itajaí, foi solicitada a verificação do comunicado. “Caso a suspeita seja confir-

mada, pois este expediente era corriqueiro nas empresas investigadas pela CPI, dois crimes foram cometidos: ilícitos fiscais e prevaricação, pois o prefeito utilizou o cargo para beneficiar empresa de sua propriedade. Infelizmente, por falta de tempo, a regional de Itajaí da Secretaria da Fazenda não foi investigada pela CPI, região onde havia muitos problemas de sonegação de impostos”, declarou Ideli.

Morastoni informou que conversou com moradores e empresários do distrito de Itaipava, ficando comprovado através de fotos e depoimentos que as chuvas atingiram 40 cm nas casas vizinhas à empresa e 60 cm numa olaria próxima. O parlamentar já utilizou a tribuna da Assembléia para denunciar outras irregularidades cometidas por Bellini, reeleito prefeito de Itajaí no ano passado. “Na ação cível movida pelo Ministério Público há três anos contra a prefeitura há suspeita de superfaturamento na compra de um terreno para a construção do distrito industrial de Itajaí. O terreno, avaliado em R\$ 300 mil pois 60% de sua área é de preservação permanente, foi comprado pela administração municipal por R\$ 1,4 milhão. Na quebra do sigilo fiscal do proprietário do terreno apareceram os nomes do prefeito, dos irmãos e do contador de suas empresas”.

Manipulação política

O deputado João Henrique Blasi (PMDB) quer esclarecimentos da Fundação Catarinense do Desporto (Fesporte) sobre suposta manipulação política quando da definição dos números dos atletas que participaram da 1ª Maratona Internacional de Santa Catarina a qual, segundo notícias divulgadas pela imprensa, foi influenciada diretamente pelo governador. O parlamentar apresentou pedido de informação indagando que motivos levaram a atribuir-se aos dois quenianos, franco favoritos, os números 1 e 11, que coincidem com os algarismos conferidos pela Justiça eleitoral ao PPB, partido de Amin.

“Procede a informação veiculada pela imprensa, destacadamente pelo jornalista Roberto Alves, de que a atribuição dos citados números aos maratonistas quenianos, um dos quais, por coincidência o de nº 11, foi o vencedor, teria sido obra do governador do Estado? Quais os atletas que competiram com os números 13 e 15 e, na hipótese de não ter havido corredores com esses números, por que isto ocorreu”, indaga Blasi.

Suspensão temporária da contribuição sindical

Representantes do setor agrícola, reunidos nessa segunda-feira (10) em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, aprovaram a criação de uma comissão de negociação e o envio de expediente ao Ministério do Trabalho pedindo a suspensão temporária da cobrança da contribuição sindical compulsória.

A audiência foi solicitada pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB), com a finalidade de debater a cobrança do imposto sindical e o reenquadramento das propriedades rurais, situações que têm causado sérios transtornos aos produtores rurais.

Segundo o parlamentar, as entidades

também firmaram um acordo, suspendendo ações de cobrança até a próxima reunião da comissão de negociação, marcada para o dia 27 de fevereiro de 2002. Nessa data, elas pretendem encontrar uma solução definitiva para o assunto.

A Federação da Agricultura do Estado (Faesc) defende a cobrança do imposto nas propriedades enquadradas acima de dois módulos rurais, já a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetaesc) e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Sul (Fetraf-Sul) são contra, alegando que propriedades que não possuem empregados não devem contribuir.

PLENÁRIO

Vendas de ações e participações

Motivo de muita polêmica, dois projetos governamentais que tratam de interesses da Celesc foram aprovados nessa semana. Ficou para apreciação o que trata do novo modelo de gestão da estatal e que pretende a divisão em geração e telecomunicações, através da reorganização administrativa, técnica e societária.

A empresa foi autorizada a alienar sua participação acionária na Usina dona Francisca S.A, no valor de R\$ 20,5 milhões. Uma das justificativas para a alienação é a posição assumida pela Agência Nacional de Energia Elétrica

(Aneel), que resiste à inclusão no custo tarifário dos aumentos.

No entanto, em outro projeto do Executivo fica a Celesc autorizada a participar no capital de três empresas: Parque Eólico de Santa Catarina, limitado em R\$ 3,91 milhões; Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A, com valor limitado em R\$27 milhões e na Termo Catarinense Norte Ltda, limitado a R\$ 31,25 milhões. Os empreendimentos, segundo a direção da Celesc, implicam em incremento da matriz energética estadual e em continuidade e qualidade dos serviços relativos à eletricidade.

Controle de produto geneticamente modificado

A fim de estabelecer diretrizes que promovam garantia e segurança à saúde humana e ao meio ambiente, foi aprovado projeto governamental que dispõe sobre o plantio, cultivo, pesquisa, indústria e comércio de organismos geneticamente modificados no Estado e ainda cria o Conselho Técnico Catarinense de Biossegurança. Fica, a partir da publicação da lei, vedado o plantio e cultivo para fins industriais e comerciais de organismos geneticamente modificados (OGM) que tenham como finalidade a alimentação humana ou animal, por prazo de cinco anos. Durante esse período o Estado prestará apoio às instituições dedicadas ao estudo e pesquisa dos OGMs, relacionados à biossegurança.

Matéria valoriza cidadão

De autoria do presidente da AL, deputado Onofre Agostini (PFL), aprovado projeto que regulamenta propostas parlamentares de denominação de pessoas a rodovias, logradouros e monumentos públicos. Para levar o nome de um cidadão já falecido, o parlamentar deverá apresentar o curriculum vitae do homenageado, justificar que a pessoa tenha prestado relevantes serviços à comunidade a que pertence ou ao Estado, apresentar certidão de óbito e declaração de órgão ou instituição competente da inexistência de nomeação anterior.

Comércio de gás

Todos os recipientes destinados à armazenagem de gás liquefeito de petróleo (GLP), abastecidos por massa em base de engarrafamento e transportados cheios para troca, devem ser dotados de válvula de segurança de alívio, possuir registro indelével da data da fabricação e reteste, além de apresentar etiquetas com instruções de uso, de segurança e de controle da data de validade.

Essas obrigações constam do projeto de lei, aprovado, do deputado José Paulo Serafim (PT). Condiciona ainda prazo de 365 dias para que os recipientes atendam às prescrições da lei, caso contrário devem ser tirados de circulação.

Segurança em eventos no Estado

Para garantir a segurança necessária em eventos culturais e de lazer, o plenário aprovou projeto do deputado Jaime Duarte (PPS) obrigando os promotores de eventos pagos a contratar seguro de acidentes pessoais coletivos em benefício dos expectadores. As pessoas jurídicas ou físicas que promovam atividades de lazer devem contratar seguro contra sinistros que eventualmente possam ocorrer, com no mínimo as garantias e capitais segurados como morte acidental a 20 mil UFIRs; invalidez total ou parcial a 10 mil UFIRs e assistência médica, despesas complementares e diárias hospitalares no equivalente a duas mil UFIRs.

Programas agrícolas

Será vedado ao Executivo promover a inabilidade de produtores rurais em programas agrícolas oficiais por inadimplência nas operações decorrentes do *Crédito de Emergência*. Esta medida foi aprovada em projeto do deputado Gelson Sorgato (PMDB) para resguardar os produtores rurais que usaram o crédito e vítimas da situação climática desfavorável, que não puderam honrar seus compromissos junto à instituição financeira.

Doação de veículos - Sorgato também é autor de matéria aprovada autorizando o Executivo a destinar os veículos apreendidos pelo órgão de trânsito, não reclamados, a entidades que desenvolvam programa de educação no trânsito. Para os efeitos da lei considera-se os veículos que estejam com o prazo de restituição vencido e que possuam ônus superior ao preço de avaliação, exceto aqueles recolhidos a depósito por ordem judicial ou estejam à disposição da autoridade policial.

Novas regiões metropolitanas

Atendendo reivindicações de empresários, que têm como expectativa o aumento no desenvolvimento econômico dos seus municípios, foi aprovada lei complementar de origem governamental que institui as regiões metropolitanas da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera e de Tubarão.

As três novas regiões serão compostas por um núcleo metropolitano e uma área de expansão metropolitana, tendo como sede, respectivamente, os municípios de Itajaí, Criciúma e Tubarão. Cada região tem, entre outras características, densidade populacional bruta e taxa de crescimento superiores à média do Estado, população igual ou superior a 6% e alto grau de integração sócio-econômica.

Empreendedor

Projeto do deputado Paulo Bornhausen (PFL) institui o *Dia Estadual do Empreendedor*, a ser comemorado anualmente no dia 5 de novembro. Segundo ele, a data é uma homenagem aos empreendedores que geram divisas e empregos, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país.

PLENÁRIO

Projeto normatiza a pesca no Estado

Buscando normatizar a atividade pesqueira em rios do Estado, foi aprovado projeto do deputado Herneus de Nadal (PMDB) dividindo a pesca em três categorias: pesquisa científica, amadora ou de subsistência e profissional artesanal. O exercício das atividades de pesca científica e profissional artesanal será permitido aos cadastrados no Conselho Estadual de Pesca, já para os

pescadores amadores o exercício dependerá do pagamento da taxa de licença federal ou estadual.

Para evitar a pesca predatória, a matéria estabelece a proibição de qualquer atividade pesqueira durante o período da piracema (época de reprodução dos peixes), de 1º de novembro a 31 de janeiro, cabendo à fiscalização ao Comando da PM, através da Polícia Ambiental.

Informações da administração pública

Os parlamentares aprovaram projeto do deputado Rogério Mendonça (PMDB) determinando que será materializada em documento eletrônico a informação relativa a pedido de providência ou procedimento dos órgãos da administração direta do Estado. A transformação das informações em documento eletrônico serve como prova para uso do contribuinte, uma forma moderna e econômica de registro, com avançadas técnicas de segurança em computação.

Fim dos controladores de velocidade

O projeto de lei, de autoria do deputado Paulo Bornhausen (PFL), que substitui os controladores de velocidade (pardais) por lombadas eletrônicas nas rodovias estaduais foi aprovado com emendas modificativas do líder pefelista, deputado Julio Garcia, e do deputado Antônio Aguiar (PFL).

Fica estabelecido que o Estado, ao contratar os serviços de controladores de velocidade para fins de fiscalização, so-

mente em julho de 2002, condicione os equipamentos com avisos sonoros e luminosos, permitindo ao usuário ser informado do excesso de velocidade.

As modificações propostas referem-se ao contrato de concessão, que não pode ser celebrado por período superior a 24 meses e a valores cobrados a título de remuneração do serviço prestado, limitados em 2% mensais do custo médio dos equipamentos.

Polícia Civil

Aprovado projeto de lei, de origem governamental, que visa adequar os procedimentos para a realização de concurso público para cargos na Polícia Civil. A alteração consiste na supressão de exigência de prévia aprovação em exame psicotécnico para o ingresso nas carreiras policiais civis, considerando-se o grande número de demandas judiciais contra essa prova.

Unidades prisionais - Também do Executivo aprovado projeto que define os estabelecimentos penais do Estado e cria unidades prisionais avançadas. A justificativa ao projeto foi assinada por várias autoridades do segmento, entre elas os secretários de Segurança, da Justiça, além dos comandos das Polícias Militar e Civil. O sistema carcerário do Estado resente-se de uma distinção entre os vários tipos de estabelecimentos prisionais existentes e precisa de uma definição de sua destinação.

Aumento do salário do governador

Por maioria dos deputados foi aprovado projeto de decreto legislativo, de autoria do presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), que reajusta os salários do governador, vice e secretários. Atualmente eles recebem R\$ 5 mil, R\$ 4 mil e R\$ 4,8 mil e, a partir de 1º de janeiro de 2002, os vencimentos passam a ser de R\$ 8 mil para o Chefe do Executivo, de R\$ 7 mil para o vice-governador e de R\$ 6 mil para os secretários de estado, com percentuais de aumento de 77,07%, 93,67% e 36%, respectivamente.

Cidadãos catarinenses

Em projeto de lei do deputado Jorginho Mello (PSDB) foi aprovado o título de Cidadão Catarinense a Vicente Telles. O homenageado, um grande pesquisador das epopéias da Guerra do Contestado, criou vários grupos folclóricos, desenvolveu peças teatrais, fundou corais e grupos cênicos sobre o assunto. Todo este trabalho culminou com a implantação do Parque Temático da Fundação Cultural Memória Viva do Contestado da Região do Irani, cuja obra está em fase bastante adiantada.

Por proposição do deputado Paulo Bornhausen (PFL) foi concedido o título a Carlos Melles, ministro do Esporte e Turismo. Entre os programas do ministério que beneficiaram Santa Catarina, está o Instituto Sul Olímpico, o Programa Pintando a Liberdade - ressocialização e profissionalização dos detentos do sistema carcerário com a produção de material esportivo - e o Prodetur Sul, que alocará recursos no valor de R\$ 400 milhões de reais para o desenvolvimento do turismo na região Sul.

Valor Adicionado, e agora haverá a democratização dos processos em todas suas fases, para que os municípios não sejam alijados de um direito previsto na legislação", adverte o deputado Afrânio Boppré (PT), autor do projeto.

Democratização para prefeituras

Os representantes dos prefeitos municipais e de associações de municípios terão garantido o direito de efetuar a defesa oral da restrição imposta, nos casos de indeferimentos ou deferimentos parciais dos recursos sobre valor adicionado em 2ª instância, em hora e local pré-determinado pela Secretaria da Fazenda. Após o julgamento passarão a receber relatório de todos os julgamentos efetuados informando a decisão tomada, com fundamentação e valor adicionado inicial e final do recurso, num prazo de no mínimo 15 dias.

"Lei federal garante aos prefeitos e associações de municípios o livre acesso às informações e documentos utilizados pelos estados no cálculo do

Incentivo à apicultura

Do deputado Ronaldo Benedet (PMDB) aprovado o Programa de Incentivo à Apicultura (Promel) que determina que a abelha e a flora melífera, como riqueza natural, serão objetos de proteção e preservação no Estado, que deverá impor medidas preventivas para evitar a sua destruição. Cabe ao Estado identificar e mapear as áreas de produção, criar cadastro de apicultores e viabilizar pesquisas com o objetivo de melhorar a produção, entre outros aões.

Exames gratuitos

Aprovado projeto do deputado Ivo Konell (PMDB) que dispõe sobre a realização gratuita de exames para diagnóstico de catarata em recém-nascidos. A decisão, que precisa ser sancionada pelo Executivo, obriga os hospitais e maternidades públicos a efetuar esses exames em todos os bebês nascidos em suas dependências. A medida também vale para os hospitais e maternidades particulares, subvencionados pelo Estado e/ou pelo SUS.

Título a municípios

Buscando valorizar separadamente as potencialidades de cada município, os parlamentares aprovaram vários títulos a serem concedidos. São João Batista, situado no Vale do rio Tijucas, será reconhecido como a Capital Catarinense do Calçado em projeto do deputado César Souza (PFL).

A partir da iniciativa do deputado Romildo Titon (PMDB) Ibicaré receberá o título de Capital Catarinense do Rodeio. O município de Arroio Trinta será reconhecido como *Capital Catarinense do Pêssego*, ação do deputado Jorginho Mello (PSDB).

Por iniciativa do presidente da AL, deputado Onofre Agostini (PFL), Abelardo Luz, situado no Extremo Oeste do Estado, será reconhecido como *Capital Catarinense da Semente de Soja*. De autoria do deputado Moacir Sopelsa (PMDB) fica declarado Alto Bela Vista a *Capital Catarinense do Coalho*.

Criada área de preservação ambiental

Criada em Itajaí, Balneário Camboriú e Camboriú área de preservação ambiental. Objetivando a conservação do ecossistema, recebeu aprovação o projeto do deputado Volnei Morastoni (PT), declarando a área florestada compreendida entre a zona urbana de Itajaí e de Balneário Camboriú, limitada entre a rodovia BR-101 e o Oceano Atlântico incluindo diversas nascentes, como área de preservação ambiental. Ficam proibidas nessa área a extração mineral de qualquer natureza, caça ou molestamento de animais silvestres, deposição de resíduos sólidos e queimadas.

Selo contra o racismo

Aprovado projeto de resolução da deputada Ideli Salvati (PT) criando o *Selo de Diversidade Étnica em Santa Catarina*. Emblema de luta contra as desigualdades raciais no trabalho, será concedido a empresas que adotarem medidas contra a discriminação dos afrodescendentes e indígenas.

A entrega do selo deverá ocorrer durante sessão solene realizada anualmente na semana alusiva ao *Dia Nacional da Consciência Negra*.

Proposições

Deputados Adelor Vieira (PMDB) e Nilson Gonçalves (PSDB) ao governador sugerindo que as tarifas de transporte coletivo intermunicipal obedeçam o mesmo coeficiente tarifário utilizado para os transporte coletivo interestadual.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) à Anatel solicitando medidas urgentes para regularização das deficiências do sistema de telefonia de Alfredo Wagner.

Deputado Antônio Aguiar (PFL) à secretária da Educação pedindo a liberação de recursos para construção de uma quadra de esportes coberta em Monte Castelo.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Passos Maia e Fraiburgo cumprimentando-os pela passagem dos aniversários dos municípios.

Deputada Ideli Salvatti (PT) ao secretário da Fazenda solicitando a redução da alíquota do ICMS para os usuários de telefonia rural de 25% para 17%.

Deputado João Rosa (PTB) ao governador solicitando a dragagem do Rio Passa Vinte, que divide os bairros de Morrinhos e Zimbros, em Bombinhas.

Deputado Julio Garcia (PFL) à presidência da Casa requerendo a concessão da Honraria de Mérito ao senador Geraldo Althoff (PFL/SC).

Deputado Reno Caramori (PPB) aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Salto Veloso, Fraiburgo e Lebon Régis, cumprimentando-os pelos aniversários dos municípios.

Deputado Narcizo Parisotto (PTB) às autoridades de Lindóia do Sul e Vargem cumprimentando-as pela passagem das datas de emancipação político-administrativa daqueles municípios.

Deputado Romildo Titon (PMDB) ao coordenador do SUS para viabilizar a entrega de equipamentos de informática, doados pelo processo SC/03202, bem como uma moto para a vigilância sanitária de Frei Rogério.

Deputado Afrânio Boppré (PT) à secretária da Família pedindo cópia do convênio entre aquela pasta e o grupo da 3ª idade *Renascença* de Ipuçu.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) à secretária da Educação pedindo a implantação do ensino médio na Escola Municipal Professora Lacy Luiza da Cruz Flores, em Itinga, Joinville.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) à direção do Incri requerendo a demarcação das terras do assentamento localizado no Morro do Taió, em Santa Terezinha.

Deputado Antônio Aguiar (PFL) ao governador requerendo a implantação de um posto de saúde em Três Barras.

Deputada Ideli Salvatti (PT) ao secretário dos Transportes e Obras e ao chefe do DNER/SC pedindo diversas melhorias para o setor rodoviário catarinense.

Deputado Nilson Gonçalves (PSDB) ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha cumprimentando-os pela passagem do aniversário do município.

Deputado Reno Caramori (PPB) ao governador solicitando a doação da área de 35,9 hectares, que faz frente com a ZPE, pertencente a antiga Codisc, para implantação do parque industrial de Imbituba.

Deputado Afrânio Boppré (PT) ao presidente do Badesc solicitando cópias dos demonstrativos dos patrocínios efetuados pelo banco, mês a mês, a partir de janeiro do ano 1999 até dezembro de 2000.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) à secretária da Família e ao presidente da Cohab requerendo a liberação de recursos financeiros à Associação de Moradores Bela Vista, em Campo Alegre.

ESPECIAL

Comitê define ações para acabar com a tortura

Reuniu-se nessa terça-feira (11), na Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo deputado Jaime Duarte (PPS), o Comitê Catarinense Contra a Tortura, ocasião em que foi divulgado o documento de seu lançamento oficial. A próxima reunião vai ocorrer em 19 de

fevereiro do próximo ano. Ficou deliberado que a coordenação será exercida por representantes da OAB/SC, da Pastoral Carcerária e da Polícia Civil. O representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos, João Oscar Krüger, irá assessorar a coordenação.



(foto Solon Soares)

Reunião do Comitê na Assembléia

**TORTURA É CRIME.
DENUNCIE!**

**SOS TORTURA
0800 707 5551**

ligação gratuita e confidencial



As denúncias recebidas pelo 0800 serão analisadas pela coordenação e as cópia de todas as denúncias serão encaminhadas para as Polícias Civil e Militar e para o Ministério Público Federal. Entendem os integrantes do comitê que para não prejudicar as investigações de tortura e abuso de poder os casos só serão divulgados na imprensa, depois de concluído o inquérito.

“As ações serão dirigidas, não

apenas para apurar os fatos, mas também para alterar a cultura da violência existem de uma forma geral e não apenas nas estruturas policiais”, falou Duarte.

Tanto o representante da PM como o da Polícia Civil deixaram claro que todas as denúncias que chegam naqueles órgãos são apuradas e submetidas ao Ministério Público e Judiciário, havendo casos em que os policiais são exonerados antes mesmo de se iniciar o inquérito.

Fórum Nacional das CPIs do Leite acata propostas dos deputados catarinenses

(Telefoto AL/MG)

Deputados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo e Minas Gerais estiveram reunidos nessa segunda-feira (10) em Belo Horizonte, onde participaram do Segundo Fórum Nacional das CPIs do Leite. As comissões constituídas nesses estados estão apurando os mecanismos da formação do preço do leite e os indícios de cartelização do setor.

O presidente da CPI do Leite, deputado Moacir Sopelsa (PMDB), e o relator, deputado Afonso Spaniol (PPB), levaram para o encontro um relatório preliminar com as principais irregularidades levantadas durante os trabalhos da CPI, que deverão ser retomados a partir do dia 15 de fevereiro.

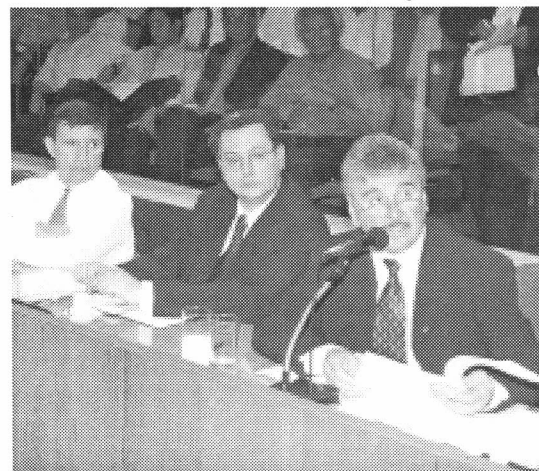
De acordo com os parlamentares, em Minas Gerais várias foram as conquistas obtidas desde a instalação da CPI. O leite longa vida caiu de preço para o consumidor, passando de R\$ 1,45 para R\$ 1,05, os agricultores já estão sabendo antes da venda quanto vão receber pelo produto e

o governo já autorizou a Secretaria da Fazenda a fazer mudanças na estrutura tributária da cadeia do leite.

Depois de ouvir representantes de todos os estados, o deputado federal Moacir Micheletto (PMDB/PR), vice-presidente da Comissão de Agricultura do Congresso Nacional, declarou que os documentos apresentados são suficientes para a instalação de uma CPI nacional, proposta apresentada por Sopelsa. Ele sugeriu ainda formalizar o Fórum Nacional das CPIs do Leite e instituir Frentes Parlamentares Estaduais da Pecuária Leiteira.

Sopelsa ficou entusiasmado com a possibilidade de uma embalagem alternativa à da Tetra Pak, cartonada biodegradável feita na Venezuela, onde o leite pasteurizado pode ser armazenado por até 15 dias e custa R\$ 0,09.

“Diante de todas as irregularidades



Deputado Sopelsa na Assembléia mineira

constatadas sabemos que os trabalhos deverão ter continuidade e quando todos os estados tiverem seus relatórios finais em mãos, um documento nacional deverá ser entregue ao presidente da República e ao ministro da Fazenda para que finalmente uma política justa para a pecuária leiteira possa ser implantada”, falou Spaniol.